

Correntes paralelas da gramaticografia peninsular: o problema da 'ordem das palavras' (1750-1850)

1. Preâmbulo

Il ne dépend de moi de changer les mots d'une langue; il dépend de moi au moins jusqu' a un certain point, de les disposer de la manière la plus harmonieuse (Voltaire).

Entre 1750 e 1850 desenrolou-se um debate crucial para a fundação da linguística (Delesalle, 1998: 35): a discussão à volta da 'ordem das palavras'¹. Embora o problema remontasse à Antiguidade, mercê da influência dos gramáticos e filósofos franceses, a partir de Port-Royal, o certo é que o assunto seria colocada na agenda do chamado iluminismo linguístico². A questão repercutir-se-ia também na Península Ibérica, ainda que sem a feição polémica registada além-Pirinéus. Com efeito, à medida que se desenvolvia o projecto teórico da *grammaire générale* (Ricken, 1978; Swiggers, 1996, 1990) impulsionado pela *Grammaire Générale et Raisonnée* (GGR) (1660) e pela *Logique*, ambas de Port-Royal (1662), dele emergem dos aspectos ancilares: por um lado, o pensamento como referência da linguagem e das línguas e, por outro, a língua francesa como modelo da 'ordem natural'. Entre outros factores, no contexto europeu o programa ideológico subjacente à *grammaire générale* viu-se favorecido pelo prestígio do francês, situação que desembocaria na defesa da 'universalidade' da língua francesa. Tal conjuntura ideológica e linguística foi sintetizada por Lázaro Carreter como “un espíritu absorbente y unificador, espíritu de Europa” (Lázaro Carreter, 1985: 292). Em Portugal e em Espanha a recepção desse espírito traduzir-se-ia num certo estilo afrancesado, o chamado francesismo (Gonçalves, 2005), com efeitos nos mais variados âmbitos da actividade intelectual, não sendo excepção a metalinguística. Importa por isso retrazar as sendas trilhadas pela gramaticografia portuguesa e espanhola, num período em que ambos os países acolhiam as Luzes francesas. Apesar de as relações linguísticas entre Portugal e Espanha, no período em apreço, serem habitualmente caracterizadas pelo distanciamento subsequente às guerras da Restauração, a análise da correspondência particular entre Ilustrados portugueses e espanhóis, na qual avulta a troca epistolar entre Cenáculo, iluminista e construtor de Bibliotecas, e o valenciano

¹ Para uma historiografia desta polémica, sobretudo em França, atente-se no estudo fundamental de Ricken (1978). Para o contexto peninsular, veja-se: Bernardo (1985), Bargalló (1996) e Funk (1997).

² Por falta de espaço, não se apresenta aqui uma síntese dos aspectos ideológicos do Iluminismo. Veja-se: Ricken (1978); Dominicy (1992); Chanu (1995); Calafate (2001); Araújo (2003).

Gregorio de Mayans y Siscar (Piwnik, 1987), veio abalar o tópico das “costas voltadas”. Com efeito, ninguém ignora hoje a importância desse diálogo metalinguístico para a circulação das novas concepções filosófico-linguísticas em Portugal mas também em Espanha.

2. A ordem nas palavras: tópico da gramaticografia peninsular

Se é verdade que poucas são, depois do Verdadeiro Método de Estudar de Verney, as remissões dos gramáticos castelhanos para os congêneres portugueses³, não é menos certo que ambas as gramaticografias, produzidas embora em correntes paralelas, se irmanavam nos temas e nas fontes. Vale a pena, por isso, identificar os *topoi* comuns a ambas, como acontece com o da 'ordem das palavras'. Decorrente da 'razão natural', cujo inatismo aceitava um pensamento anterior à linguagem, sob os efeitos mais ou menos retardados do racionalismo cartesiano e do sensismo lockiano, a 'ordem das palavras' foi tema recorrente na gramaticografia peninsular a partir de meados de Setecentos e, em especial, na primeira metade de Oitocentos (Funk, 1996; Calafate, 2001). Problema de “síntaxe semântica” (Auroux, 1979: 191-212), a ordem das palavras não era no entanto assunto original porque já havia sido discutido, entre outros, por Quintiliano, Prisciano e Santo Isidoro de Sevilha. Herdado do racionalismo clássico – nas suas *Instituições* Quintiliano já se referia à “rectus ordo” ou “naturalis ordo” –, a “questão residia na defesa de uma conexão das palavras na frase, assente na relação de categorias lógicas universais, ordem que, por isso, merecia a qualificação de “natural” (Calafate, 2001: 233). Enquanto o latim funcionou como modelo linguístico e instrumento de ensino, a questão da ordem das palavras não concitava a atenção dos gramáticos. Porém, à medida que as línguas vulgares adquiriam prestígio, substituíam a língua antiga no ensino e passavam a estar na mira da reflexão linguística sob o prisma cartesiano, colocar-se-ia o problema da ordem das palavras em conexão com as operações lógicas. Deste modo, a gramática questionava a natureza pensante do homem

³ Regra geral são os gramáticos portugueses que remetem para obras e autores espanhóis como fez em 1822 Jerónimo Soares Barbosa ao referir-se à influência da *Grammatica de la Lengua Castellana de la Real Academia Española* (1771) nos *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* (1799), cujo autor, Pedro José da Fonseca não cita a gramática da Real Academia Espanhola. Contudo, nem sempre o pagamento de tributo às fontes, nem as remissões equivalem a uma concordância ideológica ou doutrinal, consoante se infere da apreciação de Soares Barbosa a propósito da gramática académica. Dizia o gramático português: “[...] entre as das mais Linguas vulgares tem merecido hum distincto louvor. Esta Grammatica porém he mais hum systema analógico de regras e exemplos, do que Lógico; e posto que reforme muitos abusos das antigas Grammaticas, segue comtudo a mesma trilha, e desamparando os princípios luminosos da Grammatica geral e razoada, multiplica em demazia as regras, que poderia abbreviar mais reduzindo-a a ideas mais simples e geraes” (Barbosa, 1822: XII).

e a função da língua na organização do pensamento. Porque assentava em categorias lógicas, comuns a todos os indivíduos, a ordem das palavras seria válida para todas as línguas (Calafate, 2001; Araújo, 2003: 36). A par da correcção sintáctica, a 'ordem das palavras' exigia simplicidade, clareza e elegância, atributos necessários à articulação lógico-discursiva, os quais desde Port-Royal ficaram inscritos, em jeito de divisa racionalista, no programa pedagógico e linguístico dos autores posteriores. Exponente português daquele trinómio, o já referido Barbadinho (Luís António Verney), que não foi menos polémico em Espanha do que em Portugal, e cujo *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) foi traduzido em castelhano em 1760, expunha a relação entre língua e pensamento em termos de inequívoca dependência:

“[...] as palavras forão inventadas para explicar os nossos pensamentos: porque os homens primeiro pensarão, e depois se explicarão entre si. Sendo pois a ordem natural, e Lógica dos pensamentos a mesma em todos os homens; visto nascer daquella particular maneira com que a nossa alma pensa; segue-se que todas as linguas devem ter as 8. partes da oração indispensaveis para explicar a substancia dos pensamentos, e das suas relações” (Verney, 1816[1758]: XLV).

Mas, na esteira do racionalismo clássico à Quintiliano, em Verney a 'ordem natural' era ainda tratada no âmbito do hipérbato, conforme se conclui do seguinte passo:

[...] Ordem Natural: a qual pondo por sua ordem as partes da oração, mostra logo a que rege, ou he regida. E esta endireita a figura Hyperbato, e facilita muito a intelligencia da língua (Verney, 1816[1758]: XLIV).

Décadas mais tarde, Reis Lobato (1770), gramático pombalino (Assunção, 1997, ao arrepio da declaração de princípios, não parece entrever na 'ordem das palavras' um ponto crucial do programa racionalista, a julgar pelas breves notas que lhe dedica⁴, bem ao contrário da GRAE (*Gramática de la Real Academia Española*), de 1771, na qual, em nome da elegância e expressividade, se admite a perturbação da 'ordem natural'⁵:

Hay un órden natural de colocar las palabras, que se funda en la naturaleza misma de las cosas. Es conforme al órden decir las cosas con aquella antelacion que tienen por naturaleza ó mayor dignidad [...]” (GRAE, 1771: 233) [...] Pero este órden natural se perturba ó invierte muchas veces para mayor suavidad, elegancia, ó viveza de la expresion, segun lo pide el asunto de que se trata, y la situacion de las personas que hablan (GRAE, 1771: 234). [...] Llámase construccion natural la que observa con exactitud este órden, y construccion figurada la que no le observa. La construccion natural consta de régimen y concordancia” (GRAE, 1771: 234).

⁴ Sobre o assunto, afirma Lobato: “Na collocação das palavras a oração tem sua ordem natural, pois o nominativo se põe primeiro, e depois o verbo, e depois deste o accusativo” (Lobato, 1792 [1770]: 182). Faz nova referência à ordem natural, ao tratar do “hyperbaton” (Lobato, 1792 [1770]: 218).

⁵ Consistia esta ordem em que “el nombre sustantivo prefiera al adjetivo, porque antes es la sustancia que la calidad: que quando el nombre represneta al sugeto ó persona que hace, prefiere al verbo, porque antes es el agente que la accion”. [...] (GRAE, 1771: 233).

Em França, a discussão acerca da 'ordem das palavras' fora relançada por Condillac para contrariar a ideia, cara a certos gramáticos franceses, de que a língua francesa devia fornecer o modelo da ordem natural às demais línguas. A posição do autor do *Essai sur les connaissances humaines* seria depois radicalizada por Batteux, para quem a 'natureza' era universal e intemporal (Delesalle 1986: 45-54), o que conduzia à identificação de categoriais universais e ao postulado de princípios comuns a todas as línguas, como já havia defendido em 1619, sob influência do Brocense, o português Amaro de Roboredo e em 1725 Contador de Argote, inspirado já na Gramática de Port-Royal. Mas, no que tange à ordem das palavras, a reivindicação das concepções linguísticas emanadas do logicismo é declarada tanto por gramáticos portugueses como por espanhóis sobretudo nas décadas finais de Setecentos, consoante se nota, pelo lado português, em Lobato (1770) ou Melo Bacelar (1783), e, pelo espanhol, em San Pedro (1769), Martínez Gomez Gayoso (1769) e na GRAE (1771, 1796):

Atente-se nas palavras de San Pedro:

“[...] Hai principios generales i comunes a todas las lenguas especialmente a la Española i Latina con la Italiana i Francesa [...] (San Pedro, 1769: X)⁶.

Contudo, dos gramáticos acima referidos apenas San Pedro terá reconhecido na língua francesa particular aptidão para encarnar a ordem natural, parecendo por isso aceitar a prevalência desse idioma sobre os demais, o espanhol inclusive:

“Las Lenguas Griega, i Latina invierten mucho el orden natural de las palabras en la oración; entre las lenguas vulgares la Francesa observa casi escrupulosamente el orden natural; la Castellana es también harto contenida, aunque admite las transposiciones para dar lugar al numero, i buen sonidos [...]. Contribuye especialmente a la claridad de la oración la colocación natural de las palabras. Este consiste en poner primero el nominativo o supuesto de la oracion, luego todos sus apuestos, en seguida el verbo con sus advérbios, i despues el acusativo de persona paciente con todos los casos oblicuos [...] (San Pedro, 1769: 143-144).

Antes deste já Gómez Hermosilla (1841), norteado embora por Port-Royal, pelos autores da *grammaire générale* subsequente e por Court de Gebelin, desmontava a

⁶ E acrescenta San Pedro: “Este es el methodo que me propuesto seguir imitando al de Francisco Sanchez de las Brozas en su Minerva sobre la union de las partes de la oracion Latina, por la cual mereció ser llamado padre de las Letras, i Restaurador de las ciencias, i en el dia es seguido universalmente com singular honor i gloria de nuestra Nacion de todos los Estrangeros, i hombres sabios de nuestro siglo: aviendose casi copiado Vossio, i explicado Sciopio i Perizonio: como tambien el cèlebre Lanceloti Autor del nuevo methodo de Puerto Real” (San Pedro, 1769: XI). [...] Con este fin e procurado tratar las materias com orden, i claridad deseando ser útil a la Nacion en este arte de su lengua” (San Pedro, 1769: XIX).

aparelhagem argumentativa de quantos vissem na língua francesa um modelo de ordem natural, refutando, por conseguinte, a suposta “universalidade” dessa língua. Atente-se nas palavras do gramático espanhol, porquanto nelas, ademais da negação do primado do francês sobre as demais línguas, entre elas o espanhol, o gramático faz um excelente resumo do debate suscitado pela ordem das palavras:

“[...] el error de los que sostienen que el órden directo presta mas auxílios que el inverso para expresar con claridad las idéas. Los que así lo dicen son los franceses [...] Porque ellos tienen que colocar casi siempre el sustantivo antes del adjetivo; porque sus verbos no pueden andar sin llevar por delante las guias de los pronombres; porque rara vez pueden anteponerles los complementos directos é indirectos, y porque están sujetos á otras muchas trabas que seria prolijo enumerar; se imaginan que toda colocacion de coces en que no se observe el órden procesional de su ceremoniosa gramática perjudica á la claridad del discurso; y tienen la presunción de llamar á su mal formada lengua la mas lógica, clara y analítica de todas. Esta es una equivocacion que conviene deshacer, no para convencer á los franceses, porque el tiempo que en esto se empleára seria tan perdido como el que se gastase con un ciego en hacerle distinguir lo negro de lo blanco; sino porque entre nosotros repiten á cada paso lo mismo que, habiendo estudiado estas matérias en libros franceses, proclaman como verdades inconcusas cuanto en ellos han leído. Pues no es así: la lengua francesa no es en sí misma, ni mas clara, ni mas lógica, ni mas analítica que la italiana y española, que siendo como ella hijas de la romana [...] se vem igualmente precisadas á observar en las construcciones el órden directo, aunque no tan servilmente como su hermana [...]. Y siendo esto así ¿ como há podido generalizarse la preocupación de que la lengua francesa es la mas clara de todas ? La razon es muy óbvia. La nacion francesa, en su totalidad, há sido hasta aqui la mas culta é ilustrada de Europa, la que de dos siglos a esta +arte há cultivado com mas arfor las ciências, artes y eltras, y la que, proporcion guardada, há tenido mas número de Buenos profesores en todos los ramos del saber: y por esta reunion de circunstancias los franceses, en general, son los que esbriben com mas claridad; no porque la lengua que manejan sea mejor que las otras, sino porque los escritores son mas instruídos. (Hermosilla, 1841: 181-185).

Tratado no âmbito sintaxe, parte da gramática estabelecida pela tradição, o problema da 'ordem natural' decorria do próprio conceito de sintaxe e dos fenómenos nela contemplados. Com efeito, até meados de Oitocentos boa parte das gramáticas peninsulares, reflectindo a dinâmica conceptual e terminológica decorrente das tendências registadas no seio da 'gramática geral', adopta vários esquemas opositivos, não necessariamente contraditórios, como por exemplo: concordância/regência, construção/sintaxe e correspondência (conveniência, dependência, identidade)/determinação. Dessas e oposições sirvam de ilustração excertos de Gomez Gayoso (1769), Lobato (1770), GRAE (1771), Melo⁷ (1818), Saqueniza (1832) e Salvá (1852):

(1) concordância e regência: “Siempre que tratamos de espresar un pensamiento [...] hallamos que las partes que lo componen, guardan todas cierta dependencia mutua, es decir, que unas *rigen* á otras, y que las

⁷ Sobre Couto e Melo, veja-se Gonçalves (1996).

declinables se corresponden ó concuerdan en su varias terminaciones. [...] (Salvá, 1852: 99-100).

concordância e regência: “A Syntaxe simples ou he de concordancia, ou de regencia” (Lobato, 1792[1770]: 173).

Concordância e regência: “as regras que ensinão a mostrar as connexões entre nomes, e os adjectivos, e os verbos se dizem Syntaxe de concordância. [...] as regras, que ensinão a mostrar as relações entre os nomes, por meyo das preposições, e casos, ou da collocação, são a Syntaxe de Regência “(Silva, 1806: 84; 84).

- (2) **Syntaxe e construção:** “Esta union, trabazon, ó enlace, se llama entre los gramáticos sintáxis, ó construccion, y sus reglas se reducen á declarar el órden con que deben juntarse las palabras para expresar com claridad los pensamientos. [...] (GRAE, 1771:).

Syntaxe e construção: “Os Grammaticos, traduzindo com mais liberdade a palavra Grega Syntaxis, lhe dão o nome de Construcção. Mas esta palavra tem mais extensão que a de syntaxe” (Barbosa, 1822: 362).

- (3) **Concordância e dependência:** “A combinação dos vocábulos, para a expressão do pensamento, exige que os adjéctivos tomem a variação correspondente ao género e número dos substantivos a que se-referirem: daqui vêm duas espécies de *relação de concordancia* [...]. A combinação dos vocábulos para expressarem os pensamentos exige que os substantivos, os attributivos e os verbos adjéctivos tenham a dependêr de substantivos, para que possam completamente significar os elementos da Proposição; e esta nova relação entre os vocábulos chãma-se *relação de dependência* [...] (Melo, 1818: 224;233).

- (4) **Correspondência e dependência:** “el objeto de la sintaxis es el exámen de dos circunstancias principales. Primera, la dependencia particular de algunas palabras. Segunda, la correspondencia entre todas las que forman una oracion. (Saqueniza, 1832: 80).

Para lá dos conceitos de syntaxe e das divisões que nesta fosse consideradas, com a sistemática referência à 'ordem das palavras' pretendia-se validar uma ordem canónica da frase na língua vulgar, cuja maior fixidez contrastava confrontada com a liberdade da frase latina e as suas transposições. Não se estranhará por isso que a 'ordem das palavras' ora seja tratada no âmbito do hipérbato, figura que pertencia à chamada “syntaxe figurada”, ora no capítulo da “colocação”, vale dizer, em secção própria dentro da syntaxe, como defendeu o espanhol Noboa (1839), o qual que junto com Gómez Hermosilla (1841) e o português Soares Barbosa (1822) é um dos mais prolixos no que tange à questão da 'ordem das palavras'. No capítulo intitulado “De la colocacion directa é inversa en jeneral” (Noboa, 1839: 249), nota-se, porém, que Noboa já não discute propriamente a ordem natural, limitando-se a definir a ordem directa e a ordem inversa, o que corresponde a uma perspectiva menos rígida ou correctiva do que a encontrada em gramáticas anteriores, tanto espanholas como portuguesas. As palavras de Noboa

(1839) não destoam das de Morais Silva (1806) ou Soares Barbosa (1822), quando estes discorrem sobre a ordem direita e a invertida, consoante se pode ler a seguir:

- (1) “O Grammaticos chamão *Ordem Natural*, ou *Dirécta* da construcção, ou collocação das palavras, a que se guarda quando se vêi primeiro o sujeito da sentença com os seus modificantes, logo o verbo com os seus modificantes, depois o paciente com os seus, e o termo com os, que o modificão [...]. Se mudamos ésta ordem, fazemos uma inversão, ou construcção *indirecta*; se a inversão é desacostumada, toma uma figura a que os Grammaticos chamão Hiperbato [...]” (Silva, 1806: 112).
- (2) “Todas as construcções se reduzem a duas geraes, que são a *Direita*, e a *Invertida*. A direita he aquella, em que as palavras e as orações seguem a mesma ordem de sua syntaxe, referindo-se cada huma succesivamente áquella, que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso, antes se vai percebendo á medida, que se vai ouvindo, ou lendo. A invertida pelo contrario he aquella, em que se muda a ordem da syntaxe, e as palavras e orações ou regidas, ou subordinadas vão primeiro que as que as regem, ou subordinão, de sorte que o sentido vai suspenso. [...] ambas estas construcções se podem chamar naturaes, porque ambas são necessarias, e usadas, mais ou menos em todas as linguas. Para a direita se chamar a natural com exclusão da invertida, seria preciso que tivesse seu prototypo na mesma ordem successiva das ideas em os pensamentos. Porém as ideas de qualquer pensamento são simultaneas no espirito, bem como o são á vista todos os objectos de huma fachada, para se fazer idea de todos della.” (Barbosa, 1822: 412-413).

Embora não o declarem de forma explícita, Bacelar, Morais Silva, Dias de Sousa e Couto e Melo, tal como os espanhóis Saqueniza (1832) Gómez Hermosilla⁸ (1841), parecem concordar quanto à naturalidade da 'ordem directa', visto esta consistir em dar posições fixas às palavras, em conformidade com a natureza analítica das línguas vulgares, segundo dissera Beauzée, e, portanto, com a análise lógica. Pelo lado português, é sobretudo na gramática filosófica de Soares Barbosa que o tema da ordem das palavras é objecto de tratamento mais aprofundado, sendo que, para o gramático português, a construção “invertida” não é menos natural que a “direita” posto que ambas reflectem a ordem segundo a qual a mente humana concebe as coisas. Por isso mesmo, conquanto a ordem “interrupta” ou “transpositiva” se distinga da natural, porque esta supõe uma “ligação immediata das ideias relativas”, tanto na ordem directa como na invertida se manifesta a 'ordem natural' (Barbosa, 1822: 424), ideia em que Soares Barbosa coincide com Gómez Hermosilla, ainda que este leve mais longe a sua doutrina no que tange à rejeição do primado da língua francesa como modelo de ordem das

⁸ Ainda assim, Hermosilla alude à disputa em torno da ordem natural: “Hasta aqui todos los gramáticos y literatos están de acuerdo; pero luego pasan á disputar sobre cuál de los dos [orden lógico e orden oratoria] es el órden natural, y cual es mas ó menos favorable á la energía y claridad de las expresiones” (Hermosilla, 1841: 178).

palavras. Na doutrina barbosiana⁹, inspirada em Du Marsais (Delesalle, 1986: 54-64), no seu artigo enciclopédico sobre a “inversão”, não estão dúvidas quanto à “naturalidade” da construção “invertida”, pois nesta, tal como na *Direita*, se realiza a ligação das ideias, conforme explica o gramático português:

“Elle [o espírito] concebe os objectos junctos com suas relações no tempo, e liga assim tudo sem todavia fazer succeder huma idea á outra. O discurso não póde fazer o mesmo. Como suas palavras se succedem necessariamente humas ás outras, as ideas, que as mesmas representam, hão-de hir tambem necessariamente humas após as outras. Mas em que o discurso póde imitar o pensamento he em ligar humas com outras, as ideas correlativas, pondo junctas immediatamente as palavras, que as significão. Ora esta união he a que se vê tanto na construcção direita, como na invertida” (Barbosa, 1822: 423).

Como é evidente, esta discussão visava determinar se o “lugar” das palavras no discurso obedecia a uma ordem canónica, favorecedora da precisão e clareza discursivas, conforme realçava Melo Bacelar (1783) ao enfatizar a função comunicativa das línguas¹⁰, cuja gramática tem no “agente”, na “acção” e no “accionado ou paciente” as partes essenciais, correspondentes ao nominativo, ao verbo e ao caso. Este gramático não se detém propriamente na questão da ordem das palavras, se bem que ela esteja implícita quer no tratamento dos chamados “adjuntos” (i.e. artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção e interjeição), quer no da “accommodação” ou concordância. Mas a clareza, qualidade exigida pela expressão das ideias, tanto dizia respeito ao léxico como ao plano sintáctico (Sousa, 1804: 209), motivo por que se dava a primazia à “ordem gramatical” da proposição¹¹, consistindo esta ordem em vir primeiro o sujeito, depois o verbo e por fim o atributo, sequência cujas perturbações eram tratadas no terreno do

⁹ De facto, o gramático fazia a distinção entre sintaxe e construção: enquanto uma é a “ordem systematica das palavras, fundada nas relações das cousas que ellas significão”, a outra é “huma ordem local, auctorizada pelo uso das Linguas” (Barbosa, 1822: 362). Veja-se: Casteleiro (1981, 1982) e Torres (1986, 1996).

¹⁰ Dos demais gramáticos se distingue Melo Bacelar precisamente por colocar a tónica nessa função, consoante se lê a seguir: “Começarão os homens a traficar; e comunicar-se mais, e mais; e para este fim inventarão cópia de sons. Destes, e dos innatos derivarão outros: e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação*, cujo arrazoado, ou discurso regulamentado, se chama *Grammatica Philosophica*. Daqui se segue 1. que os sons regulados são, o objecto, e partes da *Grammatica Philosophica*: 2. que o seu *fim* he a comunicação, que por estes sons se alcança: 3. que a sua *necessidade* he igual á da sociedade reciproca: 4. que sua *antiguidade* he coéva a nossos primeiros pais” (Bacelar 1783: 3).

¹¹ À luz da moderna teoria gramatical, para Dias de Sousa “proposição” devia substituir o antigo termo “oração” (Sousa 1804: 156). Para Couto e Melo (1818: 239), quanto à substância, frase e oração eram equivalentes.

hipérbato ou inversão¹² (*id.*: 192). Tema próprio das Luzes, a “construção” englobava, no âmbito da sintaxe, as relações estabelecidas entre as ideias significadas pelas palavras, que funcionavam como sinais dessas relações, motivo por que era postulada a ordem natural. Mas a ordem das palavras prendia-se igualmente com a distribuição dos “complementos”, conforme se via em Dias de Sousa (1804) que distingue “construção” de “sintaxe”, cabendo à primeira cabia quer o “arrançamento”, em tradução da expressão francesa “arrangement”, extraída de Du Marsais no artigo enciclopédico sobre “construction”¹³, quer a ordem das partes essenciais da oração, capítulo gramatical cujas bases haviam sido fixadas por Beauzée, Condillac e Gêbelin (Sousa, 1804: 174-175). Porque reflecte a ordem fundamental do pensamento, segundo Beauzée (Arrivé, 1970: 84), a ordem natural seria igualmente a ordem analítica por excelência.

3. Reflexão final

Produzidas num contexto marcado pelo espírito de renovação das Luzes, as gramáticas peninsulares publicadas entre 1750 e 1850 espelham bem o que foi a evolução do iluminismo linguístico, quer no que tange à consubstanciação do paradigma racional, quer no que diz respeito à concepção da gramática nas suas relações com o pensamento e as categorias universais. Presente em muitas das gramáticas do pequeno *corpus* aqui analisado, sobretudo nas portuguesas, o eclectismo descobre-se desde logo nas fontes citadas ou referidas. Para lá das influência implícitas, a variedade das correntes representadas pelas fontes citadas (racionalista, “sensista” ou “sensualista” e “ideologia”), bem como a integração desses contributos numa mesma obra faz da produção peninsular um produto que raras vezes tem uma única filiação. Isso particularmente assinalável nas gramaticografia portuguesa, cujo interesse reside nessa tessitura híbrida que lhe advém da conciliação de pontos de vista nem sempre convergentes na origem. A isto acresce o facto de a produção gramatical portuguesa raramente visar objectivos programáticos fixados pelas instâncias oficiais, à semelhança do que acontecera em França com as Écoles Royales Militaires e em Espanha, com a

¹² É bem conhecida a repercussão do artigo enciclopédico sobre a “inversão”, onde se dizia “Terme de grammaire qui signifie renversement d’ordre: ainsi toute inversion suppose un ordre primitif et fondamental; et nul arrangement ne peut être appelé inversion que par rapport à cet ordre primitif” (*Encyclop.* VIII: 863).

¹³ Nesse artigo, era assim definido o conceito de “construção”: “construction est donc l’arrangement des mots dans le discours” (*Encyclop.* IV, 1754: 74). Mais adiante, descrevia a ordem natural: “Cet ordre est le plus propre à faire appercevoir les parties que la nécessité de l’élocution nous fait donner à la pensée; il nous indique les rapports que ces parties ont entr’elles; rapports dont le concert produit l’ensemble, & pour ainsi dire, le corps de chaque pensée particulière. Telle est la relation établie entre la pensée & les mots, c’est-à-dire, entre la chose & les signes qui la font connoître: connoissance acquise dans les premières années de la vie [...]” (*ibid.*).

Real Academia. Apesar de a Gramática de Soares Barbosa ter sido publicada por iniciativa da Academia, o que decerto favoreceu a sua reimpressão, e de a gramática de Couto e Melo se destinar aos alunos Escolas Militares, a verdade é que os textos gramaticais portugueses eram fruto da iniciativa individual, não da encomenda feita por entidades oficiais, com tudo o que isso significou em termos de escassez de “correntes” ou “escolas” verdadeiramente nacionais, embora seja certo que, naquela época, a França ditava o modelo dos estudos gramaticais e linguísticos em toda a Europa, não havendo como escapar a esse influxo, como se viu na gramaticografia espanhola, apesar da intervenção da Real Academia, cujas concepções gramaticais não raro foram contestadas. Parece, pois, que ademais as correntes paralelas do gramaticalismo peninsular, ilustradas aqui com base num pequeno *corpus* gramatical, não desmentem, mau grado a falta de remissões mútuas, a existência de correntes subterrâneas, traduzidas em ideário e fontes comuns, que aproximam a tradição espanhola e a portuguesa na partilha do chamado Iluminismo do sul da Europa, sobre o qual, em muito ainda haverá a dizer, em especial sobre a sua dimensão linguística.

BIBLIOGRAFIA

Textos

BACELAR (1783), Bernardo de Lima e Melo: *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* [...], Lisboa, Off. José de Aquino Bulhões.

BARBOSA, J. S. (1822): *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias.

CALLEJA (1818), Juan Manuel: *Elementos de gramática castellana* [...], Bilbao, por Don Pedro António Apraiz.

FERREIRA (1819), Francisco Soares: *Elementos de Grammatica Portuguesa ordenados segundo a doutrina dos melhores Grammaticos para aplanar á mocidade o estudo da sua língua*, Lisboa, Na Impressão Regia.

FONSECA (1799), Pedro José da: *Rudimentos da Grammatica Portuguesa*, Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira.

HERMOSILLA (1841), José Gómez: *Principios de gramática general*, 3ª ed. [1ª 1825], Madrid, en la Imprenta Nacional.

MÁRTINEZ GÓMEZ GAYOSO (1769), D. Benito: *Gramática de la lengua castellana reducida a breves reglas, y fácil methodo para insruccion de la Juventud* [...], Madrid, en la Imprenta de D. Gabriel Ramiraz.

MELO (1818), J. C. do Couto e: *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguêsa*, Lisboa, Impressão Régia.

NOBOA (1839), A. M. de: *Nueva gramática de la lengua castellana segun los principios de la Filosofia Gramatical*, Madrid, Imprenta de Don Eusébio Aguado.

